

**XXVI ENCONTRO NACIONAL DO
CONPEDI BRASÍLIA – DF**

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

RENATO DURO DIAS

LEILA MARIA DA JUDA BIJOS

REBECCA FORATTINI ALTINO MACHADO LEMOS IGREJA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

G326

Gênero, sexualidade e direito II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Renato Duro Dias; Leila Maria Da Juda Bijos; Rebecca Forattini Altino Machado Lemos
Igreja - Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-457-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Desigualdade e Desenvolvimento: O papel do Direito nas Políticas Públicas

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais.
2. Discriminação.
3. Exclusão de gênero.
4. Movimento feminista. XXVI Encontro Nacional do CONPEDI (26. : 2017 : Brasília, DF).

CDU: 34



XXVI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

Apresentação

O Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidades e Direito II, sob a Coordenação dos Professor/as Doutor/as Renato Duro Dias (FURG), Rebecca Lemos Igreja (UnB) e Leila Maria da Juda Bijos (UCB), foi realizado no dia 20 de julho de 2017, no XXVI Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, na cidade de Brasília – CONPEDI - DF. Ao todo foram apresentados doze (12) trabalhos, organizados em três (03) blocos: 1 – Debates sobre sexualidades; 2 – Empoderamento e teorias de gênero e 3 - Ações afirmativas de gênero e gênero e Direito Penal.

O primeiro bloco tratou da emergência nos debates sobre as sexualidades e teve os seguintes trabalhos: a) Encarceramento e identidade de gênero: políticas públicas para inclusão LGBT nos presídios goianos, apresentado por Rafael Barreira Alves e Vilma de Fátima Machado; b) Transexualidade infantil e a problemática do uso do nome social pela criança no âmbito escolar, por Fabrício Veiga Costa; c) Raça, gênero e sexualidade no Conselho Tutelar de Juazeiro/BA por Sérgio Pessoa Ferro; d) O reconhecimento do poliamorismo como entidade familiar e os reflexos jurídicos no ordenamento brasileiro por Ana Paula Aparecida de Lucena e Danielle Camila dos Santos Bataglia.

O segundo bloco discutiu as teorias de gênero e os mecanismos de empoderamento, como os seguintes estudos: a) O poder feminino como alternativa para o desencantamento da sociedade pós-moderna elaborado por Rosane Bezerra do Nascimento e Gabriela Regina Silva De Almeida; b) Empoderamento feminino: uma análise a partir da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu, por Robison Tramontina e Gabriele Ana Paula Danielli Schmitz; c) Direitos da personalidade e feminismo: o argumento biopolítico da dominação masculina na questão do aborto realizado por Brunna Rabelo Santiago e d) O debate Butler-Fraser: um olhar sob a perspectiva de gênero e o empoderamento feminino apresentado por Jessica Cristianetti e Amanda Netto Brum.

O terceiro, e último, bloco abordou as ações afirmativas de gênero e o direito penal, elencando os seguintes trabalhos: a) Mulheres e ações afirmativas: “lugar de mulher” também é na política, apresentado por Milena Trajano dos Anjos; b) O Estado “mete a colher”: violência de gênero e a Lei Maria da Penha, por Lorena Lima Moura Varao e Natasha Karenina de Sousa Rego; c) O lugar social da mulher na criminalidade: um olhar panorâmico sobre América Latina, apresentado por Miquelly Barbosa da Silva e Rebecca

Lemos Igreja e, finalmente, d) Efetivação dos direitos da mulher no Direito Penal: a necessária superação da noção autoritária de “mulher honesta” apresentado por Alexandre Morais da Rosa e Fernanda Pacheco Amorim.

Como poderá ser verificado nos artigos publicados, as apresentações trouxeram elementos inovadores sobre o tema de gênero, sexualidades e direito e permitiram a realização de um debate bastante profícuo no Grupo de Trabalho. É importante ressaltar que as intersecções entre “gênero, sexualidades e direito” têm sido desenvolvidas transdisciplinarmente nos diversos cursos de pós-graduação de Direito, Educação, Antropologia e em outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, e nas cinco regiões do Brasil. A discussão no GT veio, portanto, apenas confirmar que o tema merece destaque no espaço do CONPEDI não somente pela importância e emergência do debate sobre os estudos culturais no campo do Direito, mas também e, principalmente, pela possibilidade de se construir um espaço de promoção, defesa e resistência epistêmica. Oxalá debates profícuos como estes possam contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, justa e solidária.

Prof. Dr. Renato Duro Dias (FURG)

Prof^a. Dr^a. Rebecca Lemos Igreja (UnB)

Prof^a. Dr^a. Leila Maria Da Juda Bijos (UCB)

O PODER FEMININO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENCANTAMENTO DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

FEMALE POWER AS NA ALTERNATIVE TO THE DISENCHANTMENT OF POSTMODERN SOCIETY

**Rosane Bezerra do Nascimento
Gabriela Regina Silva De Almeida**

Resumo

A sociedade pós-moderna é marcada pelo desencantamento decorrente das crises de rompimentos com valores e paradigmas. Questiona-se e busca-se destruir muitas verdades construídas anteriormente, mas a angústia do vazio persegue. O objetivo principal desse artigo é analisar como o poder feminino, constituído de uma visão de mundo voltada para o cuidado, o afeto e a solidariedade, poderia contribuir para reencantar a sociedade contemporânea. Para tanto, foram elaborados três objetivos específicos: contextualizar a sociedade pós-moderna, apresentar a leitura que a sociedade patriarcalista faz do feminino e apontar quais seriam as possíveis contribuições do poder feminino para o reencantamento da sociedade pós-moderna.

Palavras-chave: Pós-modernidade, Feminino, Reconstrução, Sociedade, Contemporaneidade

Abstract/Resumen/Résumé

The postmodern society is marked by disenchantment resulting from disruptions of crisis about values and paradigms. Questions are made and seeks to destroy many truths built previously, however the anguish of the void chases. The main goal of this article is analyse how the femine power, constituent of a vision of the world focused on care, affection and solidarity, could contribute to re-enchant contemporary society. Therefore, were drafted three specific goals: contextualize the posmodern society, present the vision about feminine of patriarchal society, and finally point out what possible contributions of feminine power for the re-enchantment of the postmodern society.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Posmodernity, Feminine, Reconstruction, Society, Contemporaneity

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura, a pós-modernidade, é caracterizada pela atomização da sociedade, pelo individualismo exacerbado, pela efemeridade das relações sociais. É um momento de crise, de rompimento com verdades absolutas, de questionamento de valores anteriormente inquestionáveis, de construção de novos paradigmas. Há a crença que o novo só se constrói a partir da destruição do que já existe, as visões de mundo do passado são rechaçadas. Essas crenças e o momento de crise geram uma sensação de vazio e impotência, ou seja, o desencantamento da sociedade pós-moderna, que não vislumbra caminhos alternativos, apenas abismos gerados pelas desconstruções pouco refletidas e as reconstruções vagarosas de valores.

Nem sempre o novo precisa significar não retornar ao passado. Algo novo não precisa ser sinônimo de novidade, inclusive é perigoso partir do nada e trazer uma novidade. Enquanto esta é uma ideia atrelada à criação de algo inédito, sem revisitar ou considerar a existência do que veio antes, o novo é criado a partir da reflexão e da observação de conceitos, aspectos e fatos já existentes, que pode se apresentar como uma alternativa diferente das já propostas.

O novo pode significar revisitar modelos antigos de sociedade, formas diversas de poder. É nesse sentido que se busca trabalhar a questão do poder, da força feminina neste artigo: como algo que não é uma novidade, que existe há muito, mas não é utilizado com prioridade. Diante disso pergunta-se: o poder feminino, baseado na solidariedade e no cuidado, seria capaz de reencantar a sociedade pós-moderna?

Este artigo tem como objetivo principal analisar se o poder feminino pode ser uma alternativa para modificar a perspectiva de desencantamento da sociedade pós-moderna, a fim de reencantá-la. Para o alcance do objetivo geral, o desenvolvimento será dividido em três tópicos. No primeiro momento é feita a contextualização do que vem a ser a sociedade pós-moderna e por que ela é desencantada, em seguida é apresentada a leitura do feminino realizada pela sociedade patriarcal, no terceiro tópico apontam-se quais seriam as possíveis contribuições do poder feminino para a retomada do encantamento da sociedade contemporânea.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca fazer reflexões filosóficas sobre possíveis saídas para reencantar a pós-modernidade.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

A fase moderna ocorreu na primeira metade do século XX, ou seja, de 1900 a 1950. A pós-modernidade ganha espaço a partir da década de 1950 e se estende até o século XXI (SANTOS, 2005), é vivenciada na contemporaneidade.

O projeto de modernidade estava sustentado em três alicerces: o ideal de pureza, de beleza e de ordem. A era moderna exaltava a ordem como a possibilidade de construção de um mundo estável, seguro, coerente, limpo, sólido e puro. A pureza decorre dessa ideia de ordem, e diz respeito à determinação de lugares adequados e convenientes para cada coisa. As coisas às quais não foram reservados lugares certos e adequados, as coisas sem lugar, devem ser eliminadas (BAUMAN, 1998). A era moderna estava contextualizada na sociedade industrial.

Já a pós-modernidade diz respeito à sociedade pós-industrial, ou seja, ocorre no seio de uma sociedade marcada pela produção de bens industrializados, pela informação praticamente instantânea, pela descrença nas grandes instituições, a exemplo da religião, da política, da família e da história. Dentre as características da sociedade pós-moderna estão: o imediatismo, o consumismo, o individualismo, o hedonismo e o narcisismo. Por trás dessas marcas e caracterizações há o capitalismo neoliberal e a globalização (SANTOS, 2005).

Há um pluralismo de identidades e individualidades, que geram, em tese, uma abertura à diversidade, porém ela ocorre de maneira rasa e efêmera. De acordo com Bauman, a diversidade pós-moderna é caracterizada pela “fraca, lenta e ineficiente institucionalização das diferenças e sua resultante intangibilidade, maleabilidade e curto período de vida” (1998, p. 155).

Vivemos uma era de temores, há uma continuada sensação de insegurança e vulnerabilidade (BAUMAN, 2008). “O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta” (2008, p. 11). Na sociedade pós-moderna cada indivíduo é potencialmente capaz de se tornar um monstro (BAUMAN, 2008).

Há um pessimismo que acredita ser mais possível o fim do mundo que mudanças profundas de paradigmas. Esse pessimismo é fruto do individualismo exacerbado, de uma sociedade atomizada em decorrência do excesso de simulacros¹, de consumo, de informação e de serviços. Surge então uma apatia capaz de destruir os laços sociais, marcada pelo

¹ A realidade na pós-modernidade é transformada em simulacros, ou seja, em representações do real que se tornam a hiperrealidade. Os simulacros seduzem e encantam artificialmente, exemplo disso são as propagandas que passam a ideia de perfeição dos produtos, essa falsa ideia é a criação de uma hiperrealidade para seduzir o consumidor. Nesse sentido: Santos, 2005.

desencantamento e pela desesperança no futuro, que tem como consequência o esvaziamento das instituições sociais em decorrência de um desapego às tradições do passado e ausência de um projeto de futuro (SANTOS, 2005).

Vale lembrar que nas últimas décadas da era moderna a sociedade, ao menos a europeia, também se encontrava atomizada. A consequência disso àquela época foi a instituição, mesmo que por curto período de tempo, do totalitarismo. De acordo com Arendt (2012), a ascensão do nazismo foi favorecida pelo colapso do sistema de classes e pelas consequências financeiras e psicológicas decorrentes da má situação econômica da Alemanha no pós-Primeira Guerra. A sociedade moderna alemã tornou-se então uma uniformidade abstrata, uma amargura egocêntrica, uma “sociedade atomizada [...] baseada em seu isolamento e na falta de relações sociais normais” (2012, p. 446). A atomização da sociedade moderna europeia se deu através da destruição dos laços políticos, familiares, de interesses culturais comuns, da destruição da existência autônoma de qualquer atividade que houvesse (ARENDR, 2012).

A pós-modernidade apresenta um contexto de atomização, temores, desconstruções, apelações consumistas e imediatismos, no qual quase não se vislumbra como ultrapassar a etapa da tomada de consciência das falhas dos valores antigos, para depois restaurá-los, transformá-los. Isso acaba por provocar a sensação que não há possibilidade de reencantamento baseado na realidade. Em outras palavras, tem-se a sensação que é impossível buscar alternativas realistas e positivas para o futuro levando em consideração experiências que existem ou já existiram. Para esse reencantamento a partir de alternativas realistas e positivas há duas propostas: a adoção do paradigma pós-humanista e a adoção dos valores do poder feminino.

O paradigma pós-humanista surge contraponto ao humanismo, o pós-humanismo evidencia os efeitos colaterais da fé na razão humana, traz a necessidade de ir além do foco antropocêntrico para valorizar as diferenças e perceber a existência da diversidade (DECKHA, 2009-2010).

As características do paradigma supracitado são: (i) o questionamento das fronteiras tradicionais do sujeito humano; (ii) a consideração das diferenças como evidenciadoras da diversidade que formam o todo; (iii) a busca pelo inconsciente científico, ou seja, o rechaçamento dos discursos baseados em verdades absolutas, pois o pós-humanismo defende que a ciência é decorrente da alteridade (SILVA, 2014).

O questionamento das fronteiras tradicionais do sujeito humano decorrem dos avanços das pesquisas genéticas. Habermas (2010) aponta que as referidas pesquisas, ao

possibilitarem a intervenção e escolha de diversas características do ser humano antes mesmo dele nascer, rompe a fronteira entre a natureza do que somos e a disposição orgânica do que damos a nós mesmos. Ou seja: a autonomia, a liberdade dos seres humanos passa a ser questionada, pois a margem de decisão do indivíduo sobre si mesmo é mitigada antes mesmo dele nascer em função de preferências subjetivas de outros seres humanos que serão satisfeitas pelo mercado.

A consideração das diferenças como evidenciadoras da diversidade que formam o todo pode ser exemplificada através do crescimento dos movimentos sociais que consideram as subjetividades de grupos específicos, a exemplo do movimento LGBT, associações de feministas negras, dentre outros.

Já a terceira característica do pós-humanismo apontada por Silva (2014), o qual baseia a ciência na alteridade, é consequência da desconstrução de características típicas do humanismo, tais como: verdades absolutas e fé cega e inquestionável na cientificidade. Para tanto o pós-humanismo assume que não há neutralidade na ciência e tampouco ciências puras, havendo a necessidade de perspectivas interdisciplinares nas pesquisas.

A segunda proposta para o reencantamento da sociedade pós-moderna é a adoção de valores do poder feminino, aqui entendido como algo mais além que o movimento feminista em si, inclusive além das fronteiras do humano. Referida fonte de poder tem sido menosprezada pelas sociedades ocidentais contemporâneas, as quais possuem valores predominantemente patriarcalistas.

Nesse contexto de diversidade, surge a necessidade de empreender questionamentos acerca das culturas e valores dominantes, sobre o machismo e sobre o especismo.

3 O FEMININO NA SOCIEDADE PATRIARCAL

No presente tópico serão abordados o conceito de patriarcado, o poder feminino através da mitologia greco-romana, as ondas do movimento feminista e dar-se-ão exemplos de como humanas do gênero feminino e animais não humanos são subjugados pelo patriarcalismo.

O patriarcado pode ser entendido como “a concentração do poder entre os varões para dominar e subjugar as mulheres” (TIBURI, 2002, p. 24). É um sistema de dominação em constante movimento, Bakare-Yusuf (2003) afirma que o patriarcado é um sistema instável de poder, constantemente contestado e reconstituído.

O poder patriarcal, apesar de subjugar o poder feminino não o destruiu, exemplo desse fato é que as deusas mitológicas greco-romanas surgem na antiguidade patriarcal e influenciam a psicologia contemporânea (BOLEN, 1990).

De acordo com a psicologia junguiana,

A teoria da psicologia feminina de C. G. Jung foi mais complacente para com as mulheres do que a teoria de Freud, pois Jung não percebeu as mulheres exatamente como homens defeituosos. Ele hipotetizou uma estrutura psíquica que correspondia às diferentes caracterizações de cromossomos determinantes dos homens e das mulheres. De acordo com o seu ponto de vista, as mulheres têm uma personalidade consciente feminina e um componente masculino – denominado *animus* – em seu inconsciente, enquanto os homens têm uma personalidade consciente masculina e uma *anima* feminina em seu inconsciente. Para Jung, a receptividade, a passividade, a disciplina e a subjetividade caracterizavam a personalidade feminina. Jung considerava atributos masculinos o raciocínio, a espiritualidade e capacidade de agir decidida e impessoalmente (BOLEN, 1990, p. 71-72).

As mulheres são influenciadas por poderosas forças interiores, que podem ser personificadas pelas deusas gregas. Da junção da teoria de Jung com a perspectiva feminista tem-se que as mulheres são influenciadas pelo poder feminino (forças interiores, arquétipos divinos) e pelos estereótipos culturais (forças exteriores, papéis com os quais a sociedade espera que as mulheres se conformem) (BOLEN, 1990).

As deusas gregas, que representam o poder sagrado feminino, dividem-se em três grupos: as deusas virgens, as deusas vulneráveis e as deusas alquímicas.

As deusas virgens remetem às qualidades de independência e autossuficiência das mulheres. São três: Ártemis ou Diana, Atenas ou Minerva e Héstia ou Véstia. Não eram suscetíveis a afetos emocionais, não cediam a eles, não se desviavam daquilo que consideravam importante. Elas demonstram a necessidade de autonomia e a capacidade feminina de focar sua percepção no que considera realmente significativo. Ártemis e Atenas representam o pensamento lógico, já Héstia representa atenção interior à espiritualidade da personalidade da mulher. São os arquétipos femininos da competência, da auto-suficiência e da busca ativa pela conquista dos próprios objetivos (BOLEN, 1990).

As deusas vulneráveis são representadas por Hera ou Juno, Deméter ou Ceres e Perséfone. Elas representam, respectivamente, os papéis de esposa, mãe e filha. São orientadas para o relacionamento, seu bem-estar e a completude de suas identidades dependem de um relacionamento significativo (BOLEN, 1990).

A principal representante da categoria das deusas alquímicas é Afrodite, também conhecida por Vênus. É considerada a mais bela das deusas. Viveu relacionamentos que ela própria escolheu, mantendo sua autonomia como deusa virgem, mas dentro dos relacionamentos era uma deusa vulnerável (BOLEN, 1990). De acordo com BOLEN (1990, p. 41):

Sua consciência era enfocada e receptiva, permitindo dupla alternância através da qual ambos, ela e o outro, eram afetados. O arquétipo [...] motiva as mulheres a

procurarem intensidade nos relacionamentos, [...] a valorizarem o processo criativo e a serem receptivas às mudanças

Pode-se concluir sobre as deusas alquímicas que elas trazem para o inconsciente coletivo de diversas culturas o arquétipo de mulheres criativas, receptivas à mudança e intensas.

De acordo com estudiosos (GIMBUTAS; GRAVES; HARRISON; STONE apud BOLEN, 1990), a primeira civilização europeia, a velha Europa, datada de pelo menos cinco milênios atrás, possuía uma cultura “matrifocal, sedentária, pacata, amante da arte, [...] ligada à terra e ao mar que venerava a Grande Deusa” (1990, p. 43). A autora Jean Shinoda Bolen (1990, p. 44) afirma que

A Grande Deusa era venerada como a força da vida feminina, profundamente relacionada com a natureza e a fertilidade, responsável pela criação da vida e pela destruição da mesma. A cobra, a pomba, a árvore e a lua eram símbolos sagrados. De acordo com o mitólogo e historiador Robert Graves, antes das religiões patriarcais a Grande Deusa era tida como imortal, constante e onipotente.

A velha Europa era uma sociedade sem estratos sociais, partidária de igualdade de condições para todos. Foi destruída por povos de cultura patrifocal, que tinham como característica a inconstância, a habilidade para a guerra e a indiferença à arte. Esses povos invasores impuseram sua cultura patriarcal e sua religião aos conquistados, desse modo, os atributos e poder pertencentes à Grande Deusa foram dados à divindade masculina, foram destruídos os símbolos que A representava. Ela foi fragmentada em muitas deusas menores (BOLEN, 1990).

Da história-mito remota aos tempos modernos e pós-modernos, da sociedade matrifocal como fonte do poder feminino para o feminismo. Alves e Pitanguy (1985) afirmam que o feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo de modo que o indivíduo não precise se adaptar a modelos hierarquizados de qualidades femininas ou masculinas, “que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres como atributos não desvalorizados” (1985, p. 14).

De acordo com as autoras, o feminino foi por muito tempo estigmatizado como negativo, um poder que deveria ser contido pelo domínio patriarcal (ALVES e PITANGUY, 1985). Exemplo disso foi a perseguição às feiticeiras, pois, “a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino” (1985, p. 21).

Características como emotividade, sensibilidade e habilidade para as atividades domésticas passaram a ser vistas como negativas inclusive pelas próprias mulheres. Para

serem aceitas na sociedade, para terem a tão almejada independência, buscaram algumas vezes características masculinas para galgar posição de destaque, tornaram-se mulheres fálicas, algumas abdicaram de suas próprias identidades (SILVA, sd).

Em termos de movimento feminista, fala-se que existiram três grandes ondas. No Brasil, referido movimento teve início no século XIX e reivindicava-se o direito ao voto e à vida pública, essa foi a chamada primeira onda. A segunda onda ocorreu de 1970 a 1980 e tinha como pautas a valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, a luta contra a violência sexual e contra a ditadura militar. A terceira onda iniciou-se em 1990 e permanece neste século XXI. Nela começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas: ascenderam as críticas à invisibilidade das mulheres negras, das mulheres transexuais, percebeu-se a necessidade de discutir gênero com o recorte de classe e raça, passa-se a desconstruir as teorias feministas e a categoria de gênero (RIBEIRO, 2014).

Dentre as correntes feministas que discutem poder feminino, patriarcado e novos sujeitos de direitos, destaca-se o feminismo pós-humanista, o qual traz, além do recorte da luta pela igualdade de gêneros humanos, a luta pela libertação dos animais não humanos.

De acordo com Adams, a cultura de comer carne é vital para a constituição e afirmação da masculinidade convencional. Para a autora, a masculinidade e a feminilidade perpassam pelo campo das práticas alimentares e, desse modo, o animal como alimento está ligado à virilidade masculina e o vegetal está ligado a uma passividade feminina, concatenada à imagem patriarcalista do feminino (ADAMS, 2012).

Saliente-se que algumas autoras do pós-humanismo veem essa afirmação com reservas, pois apontam que de uma perspectiva de recorte que considere o pós-colonialismo e a raça, culturas não-ocidentais que adotam uma dieta vegetariana podem ser vistas como atrasadas e selvagens pelas culturas ocidentais que consomem animais à mesa. Por outro lado, as autoras pós-humanistas afirmam que a dieta vegetariana no ocidente ganha um aspecto cosmopolita, elitizado e embraquecido (BAILEY; BELASCO apud DECKHA, 2012).

Na perspectiva patriarcal, tanto o feminino quanto o vegetal estão ligados a significados negativos, tais como monotonia e passividade. A carne é tida como o alimento “de verdade” e à virilidade, assim como o gênero masculino (ADAMS, 2012), no mesmo sentido, Íris Nery do Carmo discorre sobre a hierarquização dos alimentos de origem animal: “[...] dentro de um contínuo hierárquico, os alimentos de origem animal são aqueles que alimentam ‘de verdade’, são os alimentos a priori. A construção do edível passa necessariamente pela proteína de origem animal. [...]” (CARMO, 2013, p. 108).

Sobre o processo de objetificação que os animais passam para se tornar comida, Carol Adams afirma que eles se tornam “referentes-ausentes” (ADAMS, 2012, p. 79-80). A autora aponta que os animais não humanos servidos para seres humanos como alimento deixam de ser inteiros e passam a ser uma parte do todo, coisificados: não é mais um boi, mas uma costela bovina; não é mais um frango, mas uma coxa ou peito de frango (ADAMS, 2012).

Adams traça ainda um paralelo entre a objetificação dos animais com as mulheres, principalmente as que sofrem algum tipo de violência sexual: elas deixam de ser um todo e passam a ser vistas pelos seus agressores como um pedaço de carne, um par de seios, belas nádegas, etc (ADAMS, 2012).

É preciso uma tomada de consciência, considerar a opressão exercida pelos seres humanos a outros seres humanos, bem como levar em conta a opressão exercida pelos seres humanos a outros animais e a outros seres vivos. Pois, apenas a partir da percepção dessas opressões é que será possível repensá-las para romper com elas. E, para esse caminho, a retomada do poder feminino pode ser uma alternativa para romper com a perspectiva antropocêntrica da sociedade pós-moderna. Essa retomada não significa a busca por um mundo perfeito, mas a adoção de uma perspectiva holística para a reconstrução do mundo já existente.

4 REENCANTAMENTO DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Vivemos na pós-modernidade uma “crise profunda, complexa, multidimensional, que afeta todos os níveis da nossa vida” (CAPRA apud PELIZZOLI, 2002, p. 29). Essa crise não está apenas na dimensão intelectual, mas na espiritual, na moral, na saúde, nas relações sociais, na economia, na ciência (PELIZZOLI, 2002). Essa vida fragmentada apenas tenta disfarçar que há uma só crise, porém é bastante profunda, e, diante disso, exige mudanças profundas nas estruturas e instituições sociais, a construção de novos valores e ideias.

Nesse sentido, Capra (apud PELIZZOLI, 2002, p. 30) aponta que “o declínio do patriarcado é um sintoma do momento de transição para a construção de novos paradigmas”.

Se por um lado o patriarcado subjugou o feminino, de certo modo tornando os avanços das mulheres mais vagarosos que o dos homens, por outro é justamente isso que faz do estágio de formação feminino uma promissora possibilidade real (BLOCH apud ALBORNOZ, 2002). “O fato de estar menos efetivamente manifesto faz do feminino um contexto apropriado para o novo, um espaço aberto para a utopia [...] à esperança de renovação” (ALBORNOZ, 2002, p. 240).

O poder feminino pode ser traduzido como uma rica polivalência:

é uma bacante ao mesmo tempo que uma Deméter que vigia e dirige; é a madura Juno, a fria Artemis e a artista Minerva, e [...] por um traço de união que permanece um mistério para o homem, reúne os dois pólos Vênus e de Maria (2002, p. 245).

Essa rica polivalência são os arquétipos femininos, máscaras possíveis, um conjunto de valores que formam o todo que é a mulher.

Desse conjunto de valores que fazem oposição à cultura dominante masculina, Marcuse (apud ALBARNOZ, 2002) aponta a não-violência, a receptividade e a sensibilidade do agir feminino como as características mais marcantes das mulheres, que se opõem à dominação e à exploração patriarcal:

[...] trata-se de algo bem mais estranho à realidade patriarcal efetivada no capitalismo moderno, enquanto acrescenta a possibilidade de subversão subjetivo-objetiva de normas e valores, cujos efeitos transcendem a condição feminina. O feminismo é uma revolta contra o capitalismo em declínio, contra a obsolescência histórica do mundo de produção capitalista. É o elo entre a utopia e a realidade, porque a base social do movimento, enquanto força potencialmente radical e revolucionária, existe; lá está o núcleo do sonho. Mas o capitalismo ainda tem a possibilidade de deixá-lo no estado de sonho, de suprimir as forças transcendentais que combatem para subverter os valores inumanos de nossa civilização. (MARCUSE apud ALBARNOZ, 2002, p. 249).

Em outras palavras, a ética da não violência pode ser compreendida como uma ética feminina, uma utopia a ser perseguida para ir contra a corrente da violência do mundo pós-moderno (MARCUSE apud ALBARNOZ, 2002). Aí reside a possibilidade da utilização do poder feminino para o reencantamento da pós-modernidade: a perspectiva da feminilidade enquanto valor para a resolução de conflitos, enquanto escolha ética e pacífica de lidar com o mundo.

A feminilidade é entendida por Albarnoz (2002) como a lei da não-violência, da não interferência violenta, a qual engloba as relações humanas com a natureza, com os animais não humanos, as relações do Estado com o indivíduo, dos indivíduos com a comunidade:

[...]O pacifismo é expressão do feminismo no plano da política internacional, enquanto o feminismo é expressão do movimento pelos Direitos Humanos no plano das relações interpessoais e de gênero; sendo os Direitos Humanos a forma em que aparece o pacifismo no âmbito das relações internas de uma comunidade política; e enquanto todos eles mostram – para as relações humanas, sociais ou políticas; familiares, nacionais e internacionais – a mesma atitude ética de não-interferência violenta, que forma a base da ecologia. A essência dessas utopias é o sonho de superação da violência. A atitude ética da não-violência, histórica e essencialmente, é oposta à “lógica” do Estado, que desemboca na (lógica) da guerra, feita da substância ética marcada pela virilidade (ALBARNOZ, 2002, p. 253-254).

Essa proposta ética feminina rompe com o antropocentrismo e adota o princípio biocêntrico, pois a consciência da interdependência do eu, com o outro e o universo: “gera a responsabilidade compromissada que chamamos de ética, a qual exige que se avance a

postura atual de competitividade, dominação, consumo indiscriminado e negação do outro – negação de alteridade”. (COELHO, 2011, p. 156)

Pois, na perspectiva feminina da não-violência todos os seres vivos são considerados importantes sujeitos de direitos pelo fato de possuírem vida. Nesse sentido:

O Princípio Biocêntrico, que diferente do antropocentrismo onde a razão está colocada no centro conferindo uma hierárquica superioridade ao homem em relação às outras formas de vida, no Princípio Biocêntrico, a vida está no centro e os seres humanos, situam-se como seres vivos tão importantes como todas as formas de vida existentes. Daí uma valorização a tudo o que tem vida (COELHO, 2011, p. 187).

A vida é que passa a ser o centro da perspectiva, já que só ela é capaz de englobar e demonstrar a importância de todos os seres vivos. O patriarcalismo atual não permite uma visão holística, pois esta é integradora e aquele está voltado ao paradigma cartesiano² da sociedade racional e fragmentada. A visão holística necessita de um paradigma baseado em afetos, no cuidado com o outro e na consciência da interconexão dos seres.

Esta é uma fase de tomada de consciência da inter-relação tanto espiritual quanto biológica do ser humano com os ecossistemas, há a necessidade de reequilibrar posturas e atitudes históricas que a humanidade vem tomando (CAPRA apud PELIZZOLI, 2002, p. 29).

Para esse reequilíbrio, esse reencantamento, a ascensão desse poder baseado na feminilidade pode ser uma alternativa. Saliente-se que a proposta não é a supremacia de fêmeas em relação a machos, mas um reequilíbrio de forças, entre racionalidade e emoção³. Ocorre que atualmente o mundo encontra-se desequilibrado, sobrecarregado de energia masculina, de violência, de fragmentariedade e racionalidade. Daí a proposta da busca por ações voltadas à energia feminina.

Essa proposta não está apenas no campo das ideias. Práticas imbuídas do poder feminino já são praticadas/percebidas pela sociedade pós-moderna. Citaremos três exemplos: a sociedade matriarcal dos bonobos, o partido feminista criado pela filósofa Márcia Tiburi denominado #partida e o papel exercido pela Imperatriz Furiosa no filme Mad Max (2015).

O primeiro exemplo de implementação do poder feminino vem de animais não humanos, os Bonobos. São uma espécie de primatas que possui o perfil genético 98% semelhante ao do ser humano. Caracteriza-se como uma sociedade matriarcal e igualitária, são pacíficos e substituem sexo por agressão: ao invés de reagir agressivamente em uma situação de tensão, os bonobos utilizam o sexo para acalmar (WALL, 1995). Machos bonobos

² Ver Coelho, 2011 e Pelizzoli, 2002.

³ Saliente-se que o objetivo não é afirmar que as mulheres são irracionais ou que os homens são desprovidos de emoção, mas que no arquétipo feminino prevalece o aspecto sentimental e no arquétipo masculino prevalece a razão.

ficam com suas mães por toda a vida e dependem de sua proteção em embates agressivos com outros machos. A sociedade é centrada na fêmea, são elas que exercem a liderança (WALL, 1995). Isso demonstra a existência do poder feminino para além do humano e que podemos aprender com os outros seres vivos se nos desfizemos da visão antropocêntrica, a qual hierarquiza os animais não humanos como inferiores.

No campo da política, o movimento/partido denominado #partidA busca a representação política de mulheres e outros grupos oprimidos no poder político, uma proposta feminista de cidadania. Está imbricado da ético-política feminista, aqui entendida como a luta pelos direitos da humanidade, uma proposta que inclui todas as pessoas e suas singularidades em busca de uma democracia atuante. A #partidA é um exemplo do poder feminino transformador atuando na esfera pública da política. (Tiburi apud FRAGA, 2015).

Por fim, o exemplo da personagem Furiosa no filme “Mad Max: A estrada da fúria” (2015), ela é uma das imperatrizes do líder Imortan Joe. Num cenário pós-guerra nuclear, Imortan Joe detém o poder sobre a distribuição da água potável e desse modo subjuga a população sobrevivente. Possui um exército de jovens e escraviza mulheres a quem chama de esposas para retirar o leite materno para si e seus guerreiros, além de mantê-las grávidas em busca de que gerem um guerreiro perfeito.

A Imperatriz Furiosa trai o líder e rapta todas as esposas dele, juntas partem para uma terra prometida, habitada só por mulheres e de natureza exuberante. Todo o enredo do filme se desenvolve em torno das dificuldades para chegar ao lugar prometido e, quando lá chegam, percebem que só restou areia. É nesse momento que Max, um humano que serve como bolsa de sangue para um dos guerreiros de Imortan Joe, propõe a Furiosa voltar, enfrentar o atual líder e fazer daquele lugar o paraíso almejado.

Esse filme traduz a proposta aqui colocada: um poder feminino realista, consciente da necessidade de mudança, que não é sinônimo de destruição ou de busca por ideais perfeitos irrealis ou hiperreais. A mudança através do poder feminino poderá funcionar se buscar modificar a realidade concreta. Pois, não existe terra prometida, mas existe a possibilidade de transformação da terra desencantada pós-moderna naquela prometida. A mudança de paradigmas, a concretização das utopias, dar-se-á a partir do real e não do ideal.

Com isso o objetivo é afirmar que as mudanças precisam levar em consideração os aspectos da realidade, para, a partir dela conseguir observar e aproveitar as potencialidades já existentes. Partir do ideal, pura e simplesmente, sem considerar os aspectos reais e possíveis, torna as propostas de mudança mais propensas ao fracasso.

5 CONCLUSÃO

Como se viu, a pós-modernidade tem como uma das principais características a atomização do ser humano, a desconstrução dos valores anteriormente construídos e a geração de uma profunda crise em diversos aspectos que atinge não apenas a humanidade, mas a tudo e a todos. Esse panorama contemporâneo leva a um pessimismo, a uma falta de perspectivas de superação do momento atual e à descrença na possibilidade de criação de novos paradigmas.

Dentre os diversos motivos da crise paradigmática estão os valores e os modos de ser e viver guiados pelo patriarcalismo: violência, guerra, racionalidade, fragmentariedade, individualismo, dentre outros. Esse excesso de energia masculina gerou um desequilíbrio e contribuiu para o desencanto da sociedade pós-moderna.

Esses aspectos do patriarcalismo, acentuados em decorrência da crise gerada na sociedade pós-moderna, fazem parecer impossível a superação do pessimismo, fazendo parecer não haver outras possibilidades de criação de novos paradigmas. Isso decorre do poder que fora denominado neste estudo como masculino.

Em contraponto ao poder supramencionado, há o poder feminino. Este se baseia na união, no pacifismo, na capacidade de abarcar um conjunto de valores diversificados e na consciência holística. Essa última considera importante a vida de todos os seres vivos e não apenas a dos seres humanos, pois compreende que tudo está interligado.

Saliente-se que a existência do que denomina-se de poder feminino esteve presente desde as culturas ancestrais, porém, passou a ser desconsiderado sistematicamente a partir do projeto de modernidade.

A retomada de um poder baseado na feminilidade não deve ser tomada como uma novidade: é o retorno a uma forma antiga de poder, presente inclusive na pós-modernidade, porém com menos força que o patriarcalismo. Em realidade a força feminina sempre esteve presente, foi construída e reconstruída, teve avanços e retrocessos, foi mitigada pela energia masculina. A retomada da energia feminina é uma utopia a ser alcançada, para tanto o ponto de partida é o possível e o real.

Pois, partir do possível e do real é uma das premissas para a elaboração do “novo”, em outras palavras, de uma nova proposta. Diferentemente da novidade, que parte do vazio, desconsiderando propostas já existentes em culturas diversas ou que já existiram, o novo parte de propostas já existentes, repensadas, reelaboradas.

Por fim, o poder sob a perspectiva da feminilidade deve ser utilizado para equilibrar o desequilíbrio causado pela energia masculina. Não se propõe aqui uma dominação

misândrica, tampouco a extinção do poder masculino. O que se propõe aqui é a ênfase ao poder feminino como forma de buscar um reequilíbrio entre ambas as energias para reencantar a sociedade pós-moderna.

REFERÊNCIAS:

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

ALBORNOZ, Suzana. A ética da não-violência como uma ética feminina. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magalide; EGGERT, Elda. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. p. 243-254.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOLEN, Jean Shinoda. **As deusas e as mulheres**: nova psicologia das mulheres. São Paulo: Paulus, 1990. 3. ed.

CARMO, Íris Nery do. **Viva o feminismo vegano!**: Gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. Salvador (dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2013.

COELHO, Carla Jeane Helfemsteller. **A ética biocêntrica como encarnação da alteridade**: da vivência das transformações existenciais à mudança paradigmática. Salvador (tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2011.

DECKHA, Maneesha. Toward a postcolonial, posthumanist feminist theory: centralizing race and culture in feminist work on nonhuman animals. **Hypatia** vol. 27, no. 3 (Summer 2012). p. 527-545. Disponível em: <<http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=0a338595-10e3-4b0e-adcf-a1962a730b68%40sessionmgr4003&vid=1&hid=4108>>. Acesso em: 17 nov 2015.

DECKHA, Maneesha. Teaching Posthumanist Ethics in Law School: The. Race Culture, and Gender Dimensions of Student Resistance. **Animal Law**. Vol. 16. p. 287-316. 2009-2010.

FRAGA, Isabela. A #partida: a aventura feminista na política nada tradicional. **Geledes**, 18 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/a-partida-uma-aventura-feminista-na-politica-nada-tradicional/#gs.lkNOlgo>> Acesso em: 20 nov 2015.

HABERMAS, Jurgen. **O futuro da natureza humana**. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MAD MAX: A estrada da fúria. Direção: George Miller. Estados Unidos, 2015, 120 min. Son, Color.

PELIZZOLI, Marcelo. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico: Os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e de um desafio do momento atual. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 18 nov 2015.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SILVA, Valdeci Gonçalves da. **O poder fálico da mulher e a feminilidade do homem**. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/psicologia/o-poder-falico-da-mulher-e-a-feminilidade-no-homem.html>> Acesso em: 19 nov 2015

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Direito animal e ensino jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista**. Salvador: Evolução, 2014.

TIBURI, Marcia. Toda beleza é difícil. Esboço de crítica sobre relações entre metafísica, estética e mulheres na filosofia. In: ____; MENEZES, Magalide; EGGERT, Elda. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. p. 23-46.

WALL, Francis B.M. Bonobo sex and society: The behavior of a close relative challenges assumptions about male supremacy in human evolution. **Scientific American**, March, 1995. p. 14-21 Disponível em: <http://www.biolingua.com/ling_cog_cult/dewaal_1995_bonobosexsociety.pdf>. Acesso em: 17 nov 2015.